



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

Aos Órgãos de Informação

O Conselho de Ministros realizou, no dia 6 de Setembro de 2016, a sua 30.^a Sessão Ordinária.

Nesta Sessão o Governo apreciou:

- O Relatório da participação da delegação moçambicana na 25.^a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Países Participantes no MARP e na 6.^a Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento de África (TICAD VI), realizadas em Nairobi, República do Quênia, de 26 a 28 de Agosto de 2016;
- O Relatório da participação da delegação moçambicana na 36.^a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada em Mbabane, Reino da Suazilândia, de 30 a 31 de Agosto de 2016;
- Relatório da Visita do Presidente da República à Província de Sofala, de 22 a 25 de Agosto de 2016;
- O Relatório da Visita do Primeiro-Ministro à Província de Niassa, de 18 a 21 de Agosto de 2016.

O Governo apreciou e aprovou:

- A Proposta da Resolução que ratifica a Convenção n.º 176, de 22 de Junho de 1995, sobre a Segurança e Saúde nas Minas, da

Organização Internacional do Trabalho, a submeter à Assembleia da República;

- O Decreto que cria a Zona Franca Industrial de Revúboè, na Província de Tete, numa área de 4.484 hactares.

A criação da Zona Franca Industrial de Revúboé visa o estabelecimento e expansão de pólos de desenvolvimento industrial no país, para a atracção e fomento de investimentos estruturantes, incremento e diversificação de exportações, promoção de desenvolvimento tecnológico e geração de novos postos de emprego.

- O Decreto que aprova o Regulamento do Uniforme da Polícia da República de Moçambique e revoga dos Decretos n.º 17/89, de 23 de Maio, e 86/2005, de 29 de Novembro.

O Regulamento visa aprimorar as especificações e características do uniforme, elementos de identificação, insígnias, distintivos e emblemas, que se destinam a diferenciar o pessoal com funções policiais da PRM por carreira, categorias, especialidades e unidades.

- A Resolução que aprova o Modelo de Contrato de Concessão para Pesquisa e Produção de Petróleo.

A Resolução visa adequar o Modelo de Contrato ao actual quadro legal do sector petrolífero, aprovado pela Lei n.º 21/2014, de 18 de Agosto, Lei dos Petróleos e respectivo Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 34/2015, de 31 de Dezembro.

- A Resolução que aprova a Política de Emprego.

A Política de Emprego tem como objectivo, promover a criação de emprego, empregabilidade e sustentabilidade do emprego,

contribuindo para o desenvolvimento económico e social do país e o bem-estar dos moçambicanos.

- A adenda ao Acordo de Gestão Conjunta do Parque Nacional de Gorongosa, entre o Governo da República de Moçambique e a Fundação Carr, de 2007.

Maputo, 6 de Setembro de 2016